



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

MÉTODOS E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: DO “BÊ-A-BÁ” ÀS AULAS RÉGIAS.

Zeneide Paiva Pereira Vieira
(UESB)

Claudio Eduardo Félix dos Santos
(UESB)

RESUMO

Expor os métodos e as cartilhas no processo de ensino da leitura e escrita da língua portuguesa nos séculos XVI a XIX é o objetivo deste artigo. Trata-se dos primeiros resultados da pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória linguagem e sociedade no qual investigamos a relação entre memória e práticas educativas de alfabetização contemporâneas. Neste trabalho analisamos o desenvolvimento histórico dos métodos de alfabetização por meio dos métodos e alguns manuais utilizados na pedagogia jesuítica e na educação implementada pela reforma pombalina. Destacamos algumas cartilhas que retratam os métodos sintético e analítico conforme concepção defendida pelos educadores de cada período a fim de apreender, no processo de pesquisa em desenvolvimento, que traços permanecem e que estão superados na prática de ensino de alfabetização na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: cartilhas, métodos de alfabetização, ensino de leitura e escrita

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar o estudo inicial da pesquisa sobre o uso do método da silabação, na prática de professores alfabetizadores, para o ensino de leitura e escrita. Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, uma vez que tem como propósito, ao longo do projeto, analisar a prática desses



professores para compreender o porquê do uso continuado do método silábico e/ou analítico no seu fazer pedagógico, trazendo para essa discussão reflexões à luz da pedagogia histórico-crítica, ou seja de um estudo da prática vista como prática social.

A fim de melhor compreender os elementos pedagógicos da alfabetização e discutir a problematização em foco da pesquisa, fez-se necessário partir da história dos métodos e da utilização das cartilhas para perceber nesta trajetória histórica algumas marcas deste passado na memória dos professores e práticas de ensino. Neste artigo faremos a exposição dos primeiros resultados da pesquisa que dizem respeito às ideias pedagógicas, métodos e cartilhas no que se costumou chamar de pedagogia tradicional.

OS JESUÍTAS E O MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO

As primeiras ideias tomadas para estudo estão relacionadas à pedagogia jesuítica por ser esse o nosso primeiro projeto educativo cuja meta foi salvar as almas dos gentios ao mesmo tempo em que expandia para horizontes maiores a instrução e o ensino do ler, escrever e contar. Segundo Saviani (2011), esse pode ser denominado o “período heróico” que se inicia com a “colonização” e estende-se até o final do século XVI, tendo como expoentes o padre Manoel da Nóbrega e o padre Anchieta.

Coerente com o pensamento da época, o modelo educativo adotado pelos jesuítas pretendia formar um modelo de homem baseado nos princípios da escolástica e, para isso, fundaram as escolas de ler e escrever instalando-as em quase todas as aldeias e povoações. Essas escolas também denominadas “casas de be-a-bá” eram espaços extremamente rústicos, espaços improvisados pelos jesuítas para implementarem a primeira experiência pedagógica praticada em terras brasílicas.

O método pedagógico utilizado pelos jesuítas foi desdobrado nas práticas da catequese que, simultaneamente, instruía as crianças a ler, escrever e contar. Em boa parte das aldeias da costa, por onde passavam, os padres inacianos estabeleciam “pequenos seminários”. Eram as chamadas casas de be-a-bá, espaços onde ministravam às crianças indígenas o ensino da doutrina e das primeiras letras. As casas de be-a-bá eram estruturadas em espaços pequenos e nesse mesmo



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

lugar ocorria o ensino da fé e das letras. (CASIMIRO; SILVEIRA, 2012, p. 218)

Naquele momento, instrução ainda não era considerada uma atividade social importante e a sua implantação teria que ser conveniente e interessar à camada dirigente, articulando os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. O indígena precisava se adaptar à nova ordem social idealizada pela Coroa Portuguesa; precisava ser salvo dos seus maus costumes e adequar-se à concepção de mundo cristã. E, para isso, a pedagogia adotada pelos jesuítas alternava um tempo de escola com um tempo de catequese para que os curumins ficassem a maior parte do tempo no espaço de colonização e de aprendizado dos novos costumes. Nesse processo dos “estudos elementares”, além de lançar mão do método da repetição e memorização tornou-se necessário adaptar as atividades às experiências de vida dos indígenas para que lhes fosse facilitado o aprendizado do português, da doutrina cristã e da alfabetização para, posteriormente, a sua inserção na etapa da profissionalização de mão de obra necessária para o desenvolvimento social da colônia.

Na luta pela assimilação da cultura cristã e do dominador, os jesuítas criaram métodos e estratégias viáveis para que os curumins se apropriassem de um novo saber o qual deveria ser expandido junto à sua tribo. Para dar conta desse projeto educativo, os jesuítas lançaram mão da organização pedagógica e administrativa determinadas pelo método de ensino denominado de *RatioatqueInstitutioStudiorumSocietatis*. O documento detalhava as obrigações dos mestres e demais componentes da hierarquia educacional jesuítica além do plano de estudos e processos didáticos a serem adotados para consolidação da aprendizagem e, seguramente também da aculturação.

Seguindo as determinações próprias desse documento, o professor utilizava-se de uma metodologia a qual, segundo Castanho (2013) compreendia as seguintes etapas: a preleção, a composição e a imitação. Na preleção, o professor apresentava antecipadamente o que o aluno iria estudar, destacando todas as dificuldades do autor e do texto a fim de que os alunos se sentissem estimulados a “inquieta-se



intelectualmente” acerca do tema proposto. Em seguida, o aluno deveria compor um texto nos moldes da escrita de um autor clássico estudado o que constituía a imitação. As lições deveriam ser decoradas para serem “recitadas” em espaços onde as disputas se apresentavam como um momento de apreciação do saber, de valorização do mérito pessoal. Nesse sentido, as competições, públicas ou privadas, eram verdadeiros duelos intelectuais, que segundo a concepção jesuítica estimulavam o aprendizado.

No que tange ao currículo, o Ratio constituía-se de três períodos de estudos. O primeiro, o estudo das Letras ou Humanidades, alicerce da estrutura educacional jesuítica, com duração de aproximadamente sete anos e o predomínio do ensino da Gramática foi o curso que mais se expandiu pela Colônia. Em seguida, aprimorava-se os estudos da gramática e da retórica pela formação da escrita de textos da literatura clássica e dos autores cristãos. Por fim, o curso de Teologia, interesse maior dos Jesuítas por possibilitar a formação plena do homem

O plano de instrução era consubstanciado na Ratio Studiorum, cujo ideal era a formação do homem universal, humanista e cristão. [...] Esses eram os alicerces da Pedagogia Tradicional na vertente religiosa [...] marcada por uma visão essencialista de homem [...] A essência humana é considerada criação divina e, assim, o homem deve se empenhar para atingir a perfeição, para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural. (SAVIANI, 1984, p. 12).

Diante das condições próprias da Colônia, o método sofreu algumas adaptações e a primeira delas foi o aprendizado da língua nativa. Estratégia utilizada para assegurar que os curumins se adequassem aos ensinamentos da doutrina e aos exercícios de ler e escrever. As histórias narradas pelos índios, associadas aos seus ritos e costumes, foram aproximadas daquelas advindas da civilização europeia para que a catequização e a educação pudessem ser postas em prática.

Outras estratégias também foram utilizadas: a formação dos aldeamentos, projeto civilizador cuja meta era afastar os nativos dos seus antigos hábitos; a inserção da educação musical e do teatro:



O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa.(SAVIANI, 2011, p. 43)

Além dessas estratégias, temos ainda o uso da cartilha para nortear o ensino, mais especificamente da *Cartinha* de João de Barros, editada em Lisboa em 1539, onde se apresenta as letras do alfabeto, silabário e textos em forma de orações cristãs como afirmam Casimiro e Silveira (2012, p. 220): “para ampliar o conhecimento os padres faziam uso de cartilhas doadas por D. João III, possivelmente de João de Barros ou de Frei João Soares”. O objetivo era que os colonizados aprendessem a ler e escrever numa dada língua, incorporando os valores e a fé da nação português, como bem anuncia Araújo 2008, p.7:

A *Cartinha* de João de Barros tinha uma dupla tarefa: educar e evangelizar, pois as cartilhas, além de ensinar as primeiras letras, serviam como instrumento de evangelização ao levar a doutrina católica aos povos recém-contactados pela expansão do Império.

No aprendizado da leitura tinha-se como primeira “lição” as letras distribuídas em duas páginas; para cada letra estava associada uma ilustração e acima desta um substantivo correspondente, crença de que esse modelo de apresentação, além de embelezar o alfabeto, facilitaria a memorização e o reconhecimento da letra pelo aluno. No próximo passo aprendia-se a ler as sílabas e palavras. Para isso João de Barros apresenta: *Syllabas per ajudamento de duas letras; Syllabas per ajudamento de tresleteras; Syllabas per ajudamento de quãtroleteras; Syllabas ditongadas* e, por fim um texto esclarecendo “*o proveito que tem saber muitas syllabas*.”



Inserido no contexto do século XVI o autor da *Cartinha* deixa clara sua opção pelo uso das sílabas e contrário ao método da soletração que predominou desde a Antiguidade. O objetivo da obra funda-se na memorização e repetição de uma aprendizagem prioritária da leitura visto que, nesse período como bem ressalta Cagliari (1998, p 22), “o método estava mais voltado para a decifração da escrita do que escrever corretamente”. No final da “Cartinha”, vinham os mandamentos de Deus e da Igreja e algumas orações pois a proposta didático-pedagógica não poderia fugir dos propósitos doutrinários implicados na educação jesuítica.

AS AULAS RÉGIAS, MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO E AS CARTILHAS

Em 1759, temos a extinção oficial da pedagogia jesuítica. O Marquês de Pombal, imbuído dos princípios liberais do movimento Iluminista, e, como Ministro daquela época, pretendia implementar um ensino considerado científico e necessário para uma nova sociedade referendada nos valores do sistema de produção pré-capitalista. Nesse novo cenário, o currículo e a metodologia jesuítica são substituídos pelas aulas régias, pelo uso obrigatório da língua oficial da corte portuguesa, pelo pensamento da escola pública e laica. O objetivo era “difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerada indispensáveis para afastar a ignorância” (SAVIANNI, 2011, p 126). Desse modo, iniciam-se as tentativas de implantação de um método que pudesse suplantar o ensino jesuítico e atender com rapidez um maior número de alunos uma vez que, para além de mostrar resultados imediatos, precisava atingir seus objetivos políticos e sociais.

O método dos jesuítas deixa de ser oficial sendo substituído pelo Método Lancasteriano embora nos assegure Castanho (2013) que 1759 pode ser datado como o período de extinção do Ratio Studiorum mas “isso não significa, porém, que tal metodologia desaparecesse como por encanto”. Este método desenvolvido na Inglaterra no final do século XVIII, no apogeu do processo da industrialização e urbanização pretendia instruir uma grande quantidade de alunos de uma só vez, diminuindo os



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

custos com a educação. Foi o primeiro método instituído oficialmente no Brasil pela Lei de 15 de outubro de 1827 como forma de extinguir o método individual agora avaliado como dispendioso e ineficiente inclusive, gerador de indisciplina.

As novas ideias iluministas, pautadas na racionalidade científica, considerava o tempo fator preponderante para o desenvolvimento e não poderia deixar de ser no processo de escolarização. O novo método permitiria a organização de classes mais homogêneas e a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente, otimizando-se o tempo escolar. O governo encaminha brasileiros à França e Inglaterra para apreendê-lo e aplicá-lo na expansão da educação elementar e na primeira Escola Normal do Brasil, em 1835; o propósito era que os professores aprendessem as novas normas e práticas para a transmissão de conhecimentos e incorporação de comportamentos desejados para a sociedade da época.

O método constituía-se pela repetição e memorização via ensino oral e o exercício da cópia. Aos que não sabiam ler apresentava-se o ABC permitindo a aproximação de um aluno que já sabia ler com o que sabia menos para que, por meio da observação e cópia, este pudesse dominar o alfabeto. Desse modo, alunos mais adiantados se encarregavam de “monitorar” os alunos que se encontravam na fase inicial do método. Instituíam-se uma nova relação educativa em que havia uma “reciprocidade de ensino entre os alunos, o mais capaz servindo de professor àquele que é menos capaz”, princípio fundamental que demarcava o não uso do método individual embora, Cardoso e Jacomeli (2012 p,2041) apontem que até “os anos iniciais do século XIX o método praticado na instrução pública paulista era o individual”; o mestre continuava dando atenção a um aluno por vez enquanto os demais ficavam na maior parte do tempo, sem o que fazer. Em seu trabalho de pesquisa sobre a educação mineira do período imperial Inácio (2003) também nos mostra, a partir de análise de mapas e relatórios da prática de professores daquela época, que

a despeito de todo investimento por parte do governo para que a prática dos professores mineiros se pautasse nas prescrições dos novos métodos, a diversidade de categorias de organização do ensino



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

encontradas nos mapas nos leva a inferir que os fazeres ordinários da classe continuavam ainda fortemente influenciados pelo método individual. (p182).

Aprendendo as letras o aluno seria promovido para uma nova classe onde aprenderia as sílabas. Daí por diante, as exigências aumentariam e o aluno teria de avançar no domínio da leitura e soletração de novas e mais complexas sílabas.

A escrita consistia num aprendizado simultâneo ao da leitura e essa é uma característica de oposição ao método individual. Neste primeiro os alunos aprendiam a ler o alfabeto, depois as sílabas simples e só depois que soubessem “soletrar perfeitamente” poderiam passar para o terceiro livro quando leriam as palavras inteiras e depois as sentenças. Quando atravessassem todas estas etapasé que poderiam iniciar o aprendizado da escrita.

Do mesmo modo que o Ratio, este novo método encontra algumas dificuldades em terras brasileiras; os espaços eram inadequados, os equipamentos escassos e os professores inabilitados. Além disso, era latente no Brasil, na época, segundo Saviani (2011) uma base filosófica sob influência do ecletismo. Isso contribui para que, oficialmente, o Método Lancaster vigorasse enquanto documento institucional até o início do século XIX, quando o novo regulamento organizado pela Reforma Couto Ferraz determina que este não seja mais oficial. Fica, assim, decretado um novo método de ensino: o método simultâneo.

Tratava-se de um método que defendia o agrupamento de 50 a 60 alunos ao mesmo tempo reunidos em função da matéria a ser estudada e que buscava combater o método individual ainda bastante difundido nas escolas do Império. Para sua efetiva aplicação, busca-se estudá-lo fora do Brasil e institui-se também Escolas Normais para a formação de professores que deveriam colocá-lo em prática nas escolas brasileiras. Apesar de colocar o professor num papel mais ativo no processo de ensino, nas escolas, a organização dos alunos em classe, a disposição hierárquica, o uso dos mesmos materiais escolares, a aplicação de punições, o rigor da disciplina, tudo isso continuava idêntico ao deliberado pelo método mútuo agora extinto. Até mesmo o desempenho das



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

atividades que deveria ser, nesse novo método, de responsabilidade exclusiva do professor com os alunos, continuava a contar com a figura dos monitores que continuavam conferindo as tarefas, ajudando na disciplina ou substituindo o professor em suas faltas.

Tais dificuldades contribuíram para a ineficácia do método e, segundo Inácio (2003, p.89), em resposta aos reclames dos professores e delegados de círculos literários “o governo respondia a eles com as leis do orçamento que não destinavam verbas para tais despesas. A consequência da falta de fundos era a adoção do ensino individual em quase todas as escolas da província”. Tais obstáculos fazem emergir nas escolas um novo jeito de ensinar que combinava a prescrições do método mútuo, do método simultâneo e, também, do método individual como nos afirma Faria Filho (2000 p.142).

No final dos anos 30 o método mútuo dará lugar em várias províncias e em vários textos legais, aos chamados métodos mistos os quais buscavam ora aliar as vantagens do método individual às do mútuo, ora aliar os aspectos positivos deste último as inovações propostas pelos defensores do método simultâneo.

Surge um novo método: o método misto. E o interessante aqui é que ele não vem mais de pesquisas e estudos realizados fora do país, mas de saberes e práticas consolidadas pelos professores que buscaram em suas memórias o que de outros métodos outrora institucionalizados lhes faziam sentido aplicar em suas vivências pedagógicas. Esse novo saber advindo da prática passa a vigorar como currículo na formação de novos professores. Contudo, como bem nos informa Saviani (2011) a crescente revolução industrial no final do século XVIII e início do século XIX traz novas exigências sociais para as quais o ensino já se encontrava defasado. Nesse período, amplia-se o debate em defesa do ensino obrigatório e gratuito para a massa trabalhadora que deveria ser instruída para atender a demanda dos novos processos industriais. Novos pressupostos teóricos para a prática pedagógica são discutidos e temos nesse bojo a defesa do método intuitivo como norteador da reforma educacional, defendendo



um ensino advindo dos sentidos e da observação conforme nos assegura a educadora Valdemarin:

O novo método pode ser sintetizado em dois termos: observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a idéia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Trabalhar consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta. Valdemarin (2001, p.158-159)

A criança agora precisava do contato com as “coisas” para exercer os seus sentidos, para “trabalhar” a atividade e desenvolver o raciocínio e o ensino da leitura e da escrita pelo método sintético passa a ser combatido em defesa do ensino pelas palavras; palavras extraídas da vivência dos alunos as quais deveriam ser pronunciadas por inteiro para depois com o aluno destacar os sons; ensinar as letras do alfabeto; apresentar novas palavras relacionadas e, avançar, assim para a leitura das palavras salteadas; o exercício de reconhecimento dos valores fônicos e, por fim, a compreensão das ideias contidas nos textos. Seria este um novo método pedagógico capaz de reverter a precariedade do ensino escolar, a ineficiência da leitura e da escrita e, por isso passaria a fazer parte do currículo de formação de professores nas Escolas Normais.

Nesse percurso, de novas ideias pedagógicas, novos compêndios são adotados para subsidiar no ensino da leitura e da escrita, dentre os quais destacamos:

1. *As Cartas do Abc* - Sua constituição iniciava-se com o abecedário maiúsculo e minúsculo que o aluno deveria ler e identificar cada uma das letras. Em seguida apresentava os silabários de duas e três letras para, depois, as palavras soltas com destaques das sílabas, uma vez que estas se apresentavam nas palavras, separadas por hífen. O método que se concretizava nesse manual era alfabético, o qual toma como unidade de análise o nome de cada letra porém, na leitura da palavra o que se priorizava era o processo de soletração para decifrá-la, por exemplo: bola, be-o-bo, ele-a-la= bola. Mesmo com a importação de cartilhas portuguesas e editoração de cartilhas nacionais este manual foi editado até os anos 50 do século XX, principalmente em escolas do meio rural onde ainda era muito comum a existência de professores leigos.



2. O *“MethodoFacillimo para aprender a ler no mais curto espaço de tempo possível tanto a letra redonda quanto a letra manuscrita”*, elaborado pelo português Emilio Monteverde foi bastante utilizado no período de 1850 a 1900. Tinha como objetivo propiciar de forma rápida, o aprendizado conjunto da leitura e da escrita. Apresentava uma abordagem sobre os “métodos de organização dos alunos para o ensino” difundidos nesse período, a saber: o método individual, o método simultâneo e o método mútuo, considerando a superioridade dos dois últimos.

Quanto aos métodos voltados para o ensino da leitura aponta a existência do “methodo antigo, novo methodo de soletração e o methodo sem soletração” (MONTEVERDE, 18-, p.7 *apud* GONTIJO, 2011, p. 154). Apesar de tantos esclarecimentos, não fica evidente para o professor qual método norteará a referida cartilha, pois como ele mesmo destaca: (...) cada um dos methodos de que acima se fez menção, tem as suas vantagens e seus inconvenientes (MONTEVERDE, 1859, p.7 *apud* CORREA; SILVA s/d). No entanto, traz inicialmente, em sua obra, um primeiro grupo de lições com “os exercícios de junção de sílabas e leitura de palavras”. CORREA; SILVA s/d). para, em seguida, apresentar uma gama de “textos religiosos como orações, textos informativos tratando sobre as invenções e as descobertas portuguesas, entre elas, a do Brasil

3. *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura de João de Deus* - Foi uma cartilha publicada em Portugal em 1876 e divulgada no Brasil na década de 1870 por Antonio da Silva Jardim, positivista militante e professor de português da Escola Normal de São Paulo. Esse manual didático defende o método analítico, especificamente com o ensino baseado em palavras, como especifica o próprio autor:

Este sistema funda-se na língua viva; não apresenta os seis ou oito mas por partes, indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem; de modo que, em vez de o principiante apurar a paciência numa repetição néscia, se familiarize com as letras e os seus valores na leitura animada de palavras inteligíveis. Assim ficamos também livres do silabário, em cuja interminável série de combinações mecânicas não há a penetrar uma única ideia! (DEUS, 1876, p. 5 *apud* MORTATTI, 2000, p. 63)



Sobre o método utilizado, a orientação é que o professor deveria iniciar sua explanação utilizando-se das palavras e, depois de constatar que as crianças compreenderam, passasse à decomposição das sílabas para formação de novas palavras. Na época esse método foi amplamente difundido em São Paulo, especificamente na Escola Normal, e depois expandido para outros estados que buscavam também modernizar o ensino público, tornando-o mais científico e racional.

4. *Cartilha da Infância* – Adotando como princípio alfabetizador o método silábico, esta cartilha é lançada em 1880, por Thomaz Galhardo que assim se manifesta contra os métodos até então divulgados nas escolas brasileiras:

Dos três métodos de ensino da leitura, antigo ou da soletração, moderno ou da silabação, e moderníssimo ou da palavração, escolhemos o meio termo [...] Razão tivemos para esta preferência. O método antigo é o método do absurdo. Parece que ainda bate em nossos ouvidos a toada monótona das crianças a repetirem cantarolando a multidão de sílabas sem sentido das antigas cartas do A B C!

...

Quanto ao método da palavração, não julgamos por enquanto de vantagem a sua aplicação, em vista do estado atual do ensino primário no país.

...

Não temos necessidade de repetir que nosso trabalho tem por base o método silábico; e que, conseqüentemente, com este sistema não se deve consentir que as crianças soletrem, senão que pronunciem as sílabas, reunindo-as após para a formação dos vocábulos, cuja significação, embora sabida por vulgar, será dada pelo professor. (GALHARDO, 1939, p.6 *apud* MORTATTI, 2000, p. 56)

Esta cartilha se caracteriza como uma das primeiras concretizações do método sintético no Brasil e, mesmo com toda a divulgação do método analítico na tentativa de suplantar o sintético, permanece até as primeiras décadas do século XX, na prática daqueles professores que acreditam que a criança se alfabetizará à medida que repetir até memorizar as cartelas de sílabas. Concluindo a cartilha, o autor propõe a leitura de textos que tematizam a importância da escola, da sua importância para o desenvolvimento da criança, bem como da necessidade da obediência aos pais, respeito aos mais velhos e da fé



Ao pesquisar a prática alfabetizadora de uma professora, em plena década de 1930, Soares constata pelo relato de ex-alunos, que professor alfabetizador em escolas brasileiras ainda lança mão da suas memórias, faz da soletração o seu porto seguro.

Pelos relatos de seus alunos, Aurélia iniciava o processo de Alfabetização conforme os outros métodos sintéticos, (...) Contava com um recurso, uma máscara feita de papel de maior gramatura, com um orifício que permitia a visualização de uma letra de cada vez; [...] contrariando as orientações existentes também nesta edição [da cartilha analisada pela pesquisadora], essas letras não eram juntas em sílabas logo a seguir, não eram reconhecidas as famílias silábicas. As crianças liam as letras até formarem as palavras, o que indica o uso de um processo de soletração e não de silabação. (SOARES, s/d, p. 9)

CONCLUSÕES

Nesse estudo preliminar vimos uma disputa entre os métodos historicamente propostos como solução para o ensino da leitura e da escrita e da tão desejada escolarização. Num primeiro momento temos com os jesuítas, via Cartinha de João de Barros, a institucionalização do método silábico pertencente ao grupo dos métodos de marcha sintética, aqueles em que o ensino da leitura parte do elemento mínimo, ou seja, da letra, do fonema ou da sílaba que são destacados e/ou agrupados gradativamente para formar o todo - a palavra ou texto. A adoção deste manual busca suplantando o antigo método bastante difundido na Antiguidade, a soletração, que também denominado de alfabético, é um dos mais antigos e combatidos pelos defensores da silabação e da palavrção. No entanto, constatamos via depoimentos mencionados que, na prática do professor, a soletração é rememorada.

Num segundo momento, com a ruptura da educação jesuítica, novos métodos de ensino surgem no cenário educacional e com eles novas cartilhas para nortear o ensino da leitura e da escrita. As primeiras defendem o uso da silabação como método mais eficiente, porém já temos na disputa as que defendem o ler e escrever partindo-se de unidades lingüísticas maiores ou mais significativas, ou seja, dos métodos denominados de marcha analítica.



Portanto, nossas primeiras constatações é que há alguns séculos, mesmo com a institucionalização de um método de organização pedagógica e de ensino da leitura e da escrita, os educadores brasileiros têm vivido um intenso debate entre as vantagens e desvantagens do método silábico e/ou analítico, concretizando essa disputa na construção de diferentes cartilhas destinadas a esse ensino. Porém, na prática de sala de aula [a exemplo da professora Aurélia] a rememoração de um método que muito embora não esteja mais exposto em manuais de alfabetização, permanece nas lembranças da professora.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. A. de. Apresentação. In: BARROS, J. de. **Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja: 1539 ou gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Humanitas/Pulistana, 2008.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- CARDOSO, M^a A. ; JACOMELI, M. R. M.. A Organização do trabalho didático na era das escolas de primeiras letras: 1827 a 1893. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**. Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - 31/07 a 03/08/2012 – anais Eletrônicos
- CASIMIRO, A. P. B. S.; SILVEIRA, C. N. D.. Notas sobre a ação pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil de 1549 a 1599. In: TOLEDO, C. de A. A. de; RIBAS, M^a A. de A. B.; SKALINSK Jr., O. (orgs). **Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial**. Maringá: Eduem, 2012. Vol I.
- CASTANHO, S. e CASTANHO, M^a. E. **Introdução a uma história da Didática no Brasil**. Texto disponibilizado em aula no 2^o sem.2013.
- CORRÊA, C. H. A. **Manuais, paleógrafos e livros de leitura: com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?** Set, 2005. <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/CHAC-ManuaisPaleografosLivros.pdf>.
- FARIA FILHO, L.M. de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- GONTIJO, C. M^a M. Alfabetização no Espírito Santo: o método mútuo ou monitorial. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n.40, p. 141-158, abr/jun, 2011. Editora UFPR.
- INÁCIO, M. S. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. Dissertação – UFMG, Belo Horizonte, 2003.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

MORTATTI, M^a do R. L. **Os sentidos da alfabetização:** (São Paulo/1876-1994). São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo: Cortez 1984.

SAVIANI, D.. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: A. Associados, 2011.

SOARES, K. M^a. **A Máscara do ABC:** a Cartilha da Infância nas práticas de alfabetização de Aurélia de Souza Braga. Publicado em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/04->

VALDEMARIN, V. T. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. In: **Educar**, Curitiba, n.18, p.157-182. 2001. Editora da UFPR.